foram exportados para fora de Portugal, que são de origem portuguesa e que atingiram o país de destino.

14.º O montante da caução será restituído no todo ou em parte, após prova apresentada pelo exportador de que a mercadoria saiu do País, junto da entidade que emitiu o certificado ou o documento que o substitua.

15.º Esta portaria entra em vigor no dia 1 de Março de 1986.

Ministérios das Finanças, da Agricultura, Pescas e Alimentação e da Indústria e Comércio.

Assinada em 28 de Fevereiro de 1986.

Pelo Ministro das Finanças, *José Alberto Tavares Moreira*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças e do Tesouro. — Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *António Amaro de Matos*, Secretário de Estado da Alimentação. — Pelo Ministro da Indústria e Comércio, *Jorge Manuel Águas da Ponte Silva Marques*, Secretário de Estado do Comércio Interno.

Portaria n.º 63-G/86

de 1 de Março

Considerando que, nos termos da legislação vigente, a importação dos produtos abrangidos pela organização dos mercados para o sector do leite e dos produtos lácteos está sujeita à aplicação de direitos niveladores;

Considerando que se torna necessária a definição das regras de cálculo para determinação dos direitos niveladores;

Considerando que, para além daquelas regras de cálculo, é também necessário estabelecer a periodicidade da fixação destes elementos, assim como os organismos que os determinam;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças, da Agricultura, Pescas e Alimentação e da Indústria e Comércio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 513/85, de 31 de Dezembro, o seguinte:

1.º Os direitos niveladores referidos no n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 513/85, de 31 de Dezembro, são calculados, de acordo com as regras estabelecidas na presente portaria, pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários, em colaboração com a Direcção-Geral de Concorrência e Preços, e publicados quinzenalmente, sob a forma de aviso, no *Diário da República*, 2.ª série, pelo menos cinco dias úteis antes do início do período a que se reportam.

2.º — 1 — Os direitos niveladores referidos no n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 513/85, a aplicar às importações provenientes da Comunidade, na sua composição em 31 de Dezembro de 1985, baseiam-se na diferença entre os preços limiar nacionais, para os produtos piloto definidos no anexo 1 à presente portaria, e os preços de oferta franco-fronteira.

2 — Entende-se por preço de oferta franco-fronteira o preço do mercado comunitário mais favorável, adi-

cionado das despesas de transporte e seguros, o qual será determinado tendo em conta o disposto no n.º 8 do artigo 13.º do citado decreto-lei.

3.º As regras de cálculo dos direitos niveladores para os produtos assimilados são as seguintes:

a) O direito nivelador para 100 kg de um produto que faça parte do grupo 2 referido no anexo 1 é, de acordo com a posição pautal:

04.02, A, II, a), 1 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, adicionado de um elemento que representa o custo de embalagem (elemento embalagem);

04.02, B, I, b), 1, aa) — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo teor em leite no produto e adicionado do elemento embalagem e de um elemento que representa a quantidade de açúcar incorporado (elemento açúcar);

04.02, B, I, b), 2, aa) — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo teor em leite no produto e adicionado do elemento açúcar;

23.07, B, I, a), 3 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,75 e acrescido de um elemento adicional;

23.07, B, I, a), 4 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,98 e acrescido de um elemento adicional;

23.07, B, I, b), 3 — igual ao direito nivelador do milho, multiplicado pelo coeficiente 0,16, adicionado do direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,90 e acrescido de um elemento adicional;

23.07, B, I, c), 3 — igual ao direito nivelador do milho, multiplicado pelo coeficiente 0,50, adicionado do direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,70 e acrescido de um elemento adicional;

23.07, B, II — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,98 e acrescido de um elemento adicional;

b) O direito nivelador para 100 kg de um produto que faça parte do grupo 3 é, de acordo com a posição pautal:

04.02, A, II, a), 2 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 3, adicionado do elemento embalagem;

04.02, A, II, a), 3 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 3, adicionado de um elemento embalagem e de um elemento que tem em conta o teor em gordura (elemento gordura 1);

04.02, A, II, a), 4 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 3, adicionado do elemento embalagem e de um

- elemento que tem em conta outro teor em gordura (elemento gordura 2);
- 04.02, A, II, b), 3 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 3, adicionado do elemento gordura 1;
- 04.02, A, II, b), 4 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 3, adicionado do elemento gordura 2;
- 04.02, B, I, a) — igual a um montante a fixar;
- 04.02, B, I, b), 1, bb) — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 3, multiplicado pelo teor em leite no produto e adicionado do elemento embalagem e do elemento açúcar;
- 04.02, B, I, b), 1, cc) — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 3, multiplicado pelo teor em leite no produto, adicionado do elemento embalagem, do elemento açúcar e do elemento gordura 2 e multiplicado pelo teor em leite no produto;
- 04.02, B, I, b), 2, bb) — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 3, multiplicado pelo teor em leite no produto e adicionado do elemento açúcar;
- 04.02, B, I, b), 2, cc) — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 3, multiplicado pelo teor em leite no produto, adicionado do elemento açúcar e do elemento gordura 2 e multiplicado pelo teor em leite no produto;
- c) O direito nivelador para 100 kg de um produto que faça parte do grupo 4 é, de acordo com a posição pautal:
- 04.02, A, III, a), 2 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 4, multiplicado pelo coeficiente 1,35;
- d) O direito nivelador para 100 kg de um produto que faça parte do grupo 6 é, de acordo com a posição pautal:
- 04.01, A, I, a) — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,0862, adicionado do direito nivelador do produto piloto do grupo 6, multiplicado pelo coeficiente 0,0476 e acrescido de um elemento unitário adicional;
- 04.01, A, I, b) — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,0862, adicionado do direito nivelador do produto piloto do grupo 6, multiplicado pelo coeficiente 0,0476 e acrescido de um elemento adicional;
- 04.01, A, II, a), 1 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,0862, adicionado do direito nivelador do produto piloto do grupo 6, multiplicado pelo coeficiente 0,0476 e acrescido de um elemento adicional;
- 04.01, A, II, a), 2 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,0862, adicionado do direito nivelador do produto piloto do grupo 6, multiplicado pelo coeficiente 0,0714 e acrescido de um elemento adicional;
- 04.01, A, II, b), 1 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,0862, adicionado do direito nivelador do produto piloto do grupo 6, multiplicado pelo coeficiente 0,0476 e acrescido de um elemento adicional;
- 04.01, A, II, b), 2 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,0862, adicionado do direito nivelador do produto piloto do grupo 6, multiplicado pelo coeficiente 0,0714 e acrescido de um elemento adicional;
- 04.01, B, I — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,0718, adicionado do direito nivelador do produto piloto do grupo 6, multiplicado pelo coeficiente 0,25 e acrescido de um elemento adicional;
- 04.01, B, II — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,05, adicionado do direito nivelador do produto piloto do grupo 6, multiplicado pelo coeficiente 0,5357 e acrescido de um elemento adicional;
- 04.01, B, III — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 2, multiplicado pelo coeficiente 0,027, adicionado do direito nivelador do produto piloto do grupo 6, multiplicado pelo coeficiente 0,83 e acrescido de um elemento adicional;
- 04.02, A, III, b), 1 — igual ao direito nivelador da posição pautal 04.01, B, II;
- 04.02, A, III, b), 2 — igual ao direito nivelador da posição pautal 04.01, B, III;
- 04.02, B, II, b), 1 — igual ao direito nivelador da posição pautal 04.01, B, II, multiplicado pelo teor em leite no produto e adicionado do elemento açúcar;
- 04.02, B, II, b), 2 — igual ao direito nivelador da posição pautal 04.01, B, III, multiplicado pelo teor em leite no produto e adicionado do elemento açúcar;
- 04.03, B — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 6, multiplicado pelo coeficiente 1,22 e acrescido de um elemento adicional;
- e) O direito nivelador para 100 kg de um produto que faça parte do grupo 9 é, de acordo com a posição pautal:
- 04.04, B — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 9;

04.04, E, II, a) — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 9;

f) O direito nivelador para 100 kg de um produto que faça parte do grupo 11 é, de acordo com a posição pautal:

04.04, D, I, a) — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 11, multiplicado pelo coeficiente 0,80, adicionado do direito nivelador do grupo 6, multiplicado pelo coeficiente 0,05 e acrescido de um elemento adicional;

04.04, D, I, b) — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 11, multiplicado pelo coeficiente 0,60, adicionado do direito nivelador do grupo 6, multiplicado pelo coeficiente 0,24 e acrescido de um elemento adicional;

04.04, D, II — igual ao direito nivelador da posição pautal 04.04, D, I, b), acrescido de um elemento adicional;

04.04, E, I, c), 1 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 11, multiplicado pelo coeficiente 0,75 e acrescido de um elemento adicional;

04.04, E, I, c), 2 — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 11, acrescido de um elemento adicional;

04.04, E, II, b) — igual ao direito nivelador da posição pautal 04.04, E, I, c), 2;

g) O direito nivelador para 100 kg de um produto que faça parte do grupo 12 é, de acordo com a posição pautal:

21.07, F, I — igual ao direito nivelador do produto piloto do grupo 12.

4.º Os direitos niveladores a aplicar aos produtos provenientes de Espanha, de acordo com os n.ºs 6 e 9 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 513/85, são calculados em conformidade com os n.ºs 2.º e 3.º anteriores, tendo, contudo, em conta o nível de preços praticados em Espanha.

5.º Os direitos niveladores a aplicar aos produtos provenientes de países terceiros, de acordo com os n.ºs 7 e 9 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 513/85, são iguais à soma dos direitos niveladores comunitários à data do desalfandegamento e dos direitos niveladores fixados para as importações provenientes da Comunidade, na sua composição em 31 de Dezembro de 1985.

6.º — 1 — Os direitos niveladores a aplicar aos produtos provenientes de países membros da EFTA que têm acordos preferenciais com a Comunidade são iguais à soma dos direitos niveladores referidos nos n.ºs 2.º e 3.º com os direitos de importação reduzidos que a Comunidade, na sua composição em 31 de Dezembro de 1985, aplica às importações provenientes daqueles países.

2 — As importações dos produtos referidos no número anterior, quando provenientes da Suíça, estão sujeitas a um preço mínimo franco-fronteira, que este país se compromete respeitar.

3 — O preço referido no número anterior é calculado deduzindo ao preço de oferta franco-fronteira referido no n.º 2.º desta portaria o direito de importação reduzido referido no n.º 1 deste número.

7.º — 1 — A importação e a exportação dos produtos referidos no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 513/85 ficam condicionadas à apresentação, na estância aduaneira, de um certificado de importação ou de exportação ou do documento nacional que os substitua.

2 — Os documentos referidos no n.º 7.º têm um prazo de validade de três meses a partir da data da emissão.

8.º O direito nivelador a aplicar é o que estiver em vigor no dia do desalfandegamento.

9.º A emissão do documento referido no n.º 7.º está subordinada à constituição de uma caução que garanta o compromisso da realização da importação em causa durante o período de validade do certificado, a qual ficará retida, no todo ou em parte, se a importação não for realizada ou só o for parcialmente.

10.º O montante da caução é fixado, de acordo com a posição pautal, em:

04.01 — 5\$/kg/peso líquido;

04.02 — 10\$/kg/peso líquido;

04.03 — 10\$/kg/peso líquido;

04.04 — 25\$/kg/peso líquido;

Outras — 25\$/kg/peso líquido.

11.º — 1 — No acto de apresentação do pedido de emissão dos documentos referidos no n.º 7.º o requerente prestará prova da realização prévia de depósito ou garantia bancária, à ordem da entidade emissora, no montante global da caução exigível.

2 — Se já tiver sido constituída caução nos termos do n.º 8.º da Portaria n.º 68-J/86, de 1 de Março, a mesma será transferida, no todo ou em parte, para os efeitos do presente número, relativamente ao montante do respectivo documento.

12.º A caução será libertada, total ou proporcionalmente à utilização aduaneira do documento, mediante a apresentação da respectiva utilização aduaneira.

13.º Esta portaria entra em vigor em 1 de Março de 1986.

Ministérios das Finanças, da Agricultura, Pescas e Alimentação e da Indústria e Comércio.

Assinada em 28 de Fevereiro de 1986.

Pelo Ministro das Finanças, *José Alberto Tavares Moreira*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças e do Tesouro. — Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *António Amaro de Matos*, Secretário de Estado da Alimentação. — O Ministro da Indústria e Comércio, *Fernando Augusto dos Santos Martins*.

ANEXO I

Número do grupo	Grupos de produtos de acordo com a Fautu Aduaneira Comum	Produtos piloto para cada um dos grupos de produtos
1	04.02, A, I	Soro em pó, obtido pelo processo <i>spray</i> , de um teor em água inferior a 5 % em peso, em embalagens normalmente utilizadas no comércio de um conteúdo líquido igual ou superior a 25 kg.
2	04.02, A, II, a), 1 04.02, A, II, b), 1 04.02, B, I, b), 1, aa) 04.02, B, I, b), 2, aa) ex 23.07, B 04.02, A, II, a), 2 04.02, A, II, a), 3 04.02, A, II, a), 4 04.02, A, II, b), 2 04.02, A, II, b), 3 04.02, A, II, b), 4 04.02, B, I, a) 04.02, B, I, b), 1, bb) 04.02, B, I, b), 1, cc) 04.02, B, I, b), 2, bb) 04.02, B, I, b), 2, cc) 04.02, A, III, a)	Leite em pó, obtido pelo processo <i>spray</i> , de um teor em matérias gordas inferior a 1,5 % em peso e de um teor em água inferior a 5 % em peso, em embalagens normalmente utilizadas no comércio de um conteúdo líquido igual ou superior a 25 kg. Leite em pó, obtido pelo processo <i>spray</i> , de um teor em matérias gordas de 26 % em peso e de um teor em água inferior a 5 % em peso, em embalagens normalmente utilizadas no comércio de um conteúdo líquido igual ou superior a 25 kg.
3	04.02, B, II, a)	Leite concentrado de um teor em matérias gordas de 7,5 % em peso e de um teor em matéria seca igual a 25 % em peso, em caixas ou embalagens de cartão de 96 latas de um conteúdo líquido de 170 g.
4	04.01 04.02, A, III, b) 04.02, B, II, b) 04.03	Leite concentrado com adição de açúcar, de um teor em matérias gordas de 9 % em peso e de um teor em matéria seca láctica igual a 31 % em peso, em caixas ou embalagens de cartão de 48 latas de um conteúdo líquido de 397 g.
5	04.04, A	Manteiga de teor em matérias gordas de 82 % em peso, em embalagens normalmente utilizadas no comércio de um conteúdo líquido igual ou superior a 25 kg.
6	04.04, C	Emmental, em rodas, com uma maturação de três a quatro meses, de um teor em matérias gordas de 45 % em peso da matéria seca, sem embalagem.
7	04.04, E, I, a)	Queijo de pasta salpicada inteiro, de um teor em matérias secas de 45 % em peso da matéria seca, em embalagens normalmente utilizadas no comércio.
8	04.04, E, I, b), 1	Parmigiano-reggiano, em rodas, com uma maturação de dezoito meses, de um teor em matérias gordas de 32 % em peso da matéria seca, sem embalagem.
9	04.04, D 04.04, E, I, b), 2 04.04, E, I, c) 04.04, E, II, b)	Cheddar, inteiro, com uma maturação de três meses, de um teor em matérias gordas de 50 % em peso da matéria seca e de um teor, em peso, em água na matéria não gorda superior a 50 % e inferior ou igual a 57 %, sem embalagem.
10	17.02, A, II 21.07, F, I	Queijos inteiros, com uma maturação de seis a oito semanas, de um teor em matérias gordas de 45 % em peso da matéria seca, sem embalagem.
11		Lactose contendo em peso, no estado seco, 98,5 % do produto puro, em embalagens normalmente utilizadas no comércio.
12		

Portaria n.º 63-H/86

de 1 de Março

Considerando que, nos termos do disposto no Acto de Adesão às Comunidades Europeias, Portugal deverá criar um sistema nacional de preços para o sector do leite e dos produtos lácteos idêntico ao comunitário, no qual se deverá integrar até ao final da primeira etapa do período de transição;

Considerando o disposto na organização nacional de mercado para o sector do leite e dos produtos lácteos, criada pelo Decreto-Lei n.º 513/85, de 31 de Dezembro, ouvidos os Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças, da Agricultura, Pescas e Alimentação e da Indústria e do Comércio, o seguinte:

1.º Nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 513/85, de 31 de Dezembro, os preços

indicativos aplicáveis ao leite de vaca, conforme definido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do citado decreto-lei, e destinados a vigorarem até ao final da campanha de produção leiteira 1985-1986 são os seguintes:

- Preço indicativo no continente e na Região Autónoma da Madeira — 47\$19/kg;
- Preço indicativo na Região Autónoma dos Açores — 32\$39/kg.

2.º Os preços de intervenção referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 513/85, para a presente campanha, são os seguintes:

- Leite em pó desnatado de produção continental — 490\$/kg;
- Manteiga de produção continental a granel, em barras de 25 kg — 441\$/kg;
- Leite em pó desnatado de produção açoriana — 332\$50/kg;